



COMUNICADO

Lisboa, 28 de Janeiro de 2004

No próximo dia 19 de Fevereiro ocorrem as eleições dos juízes para o CSM.

À beira de um mandato absolutamente crucial, pelo muito que está em jogo, seria incompreensível que nos alheássemos dessa responsabilidade decisiva. Ou que algum juiz o fizesse.

Os momentos de grande perturbação que a Justiça tem atravessado exigem um CSM à altura de um poder judicial forte, prestigiado, competente e influente. E não, como por vezes tem acontecido, um CSM que vira as costas aos problemas e se põe “de mãos nos bolsos a assobiar para o lado”.

A aprovação do novo diploma de organização interna do CSM trará os instrumentos que lhe permitirão assumir, na plenitude, a função constitucional de autoridade de referência e governo do poder judicial.

Mas para isso é necessário que seja integrado pelos juízes que tenham essa visão estratégica de futuro e saibam estruturar e aproveitar bem esses meios nos próximos três anos.

Então, a pergunta que todos nos devemos colocar é esta: a quem confiar o CSM no próximo mandato ?

Àqueles que pertencem à linha que exerce o poder há anos a fio, com inegáveis responsabilidades neste acomodamento, que reduziu o CSM a um órgão passivo de mera gestão corrente, cada vez mais afastado da primeira instância e com menor capacidade de enfrentar os problemas ?

Ou àqueles que, fruto de um profundo e constante trabalho de reflexão, muito mais inovador e entusiástico, vem adquirindo junto dos seus pares a confiança e a credibilidade para assumirem a liderança desse processo de renovação tão necessário e urgente ?

O Movimento Justiça e Democracia não tem quaisquer dúvidas. Entre uma linha de continuidade e uma linha de renovação e rejuvenescimento escolhemos a segunda. Também é esse o nosso caminho.

Por isso apoiamos, vivamente, a candidatura liderada pelo Conselheiro Barros Caldeira.

Fazemo-lo no essencial por três ordens de razões:

Em primeiro lugar pelos candidatos. Pessoas que conhecemos e nos merecem inteira confiança. Pela experiência e perfil humano e profissional, pelo profundo conhecimento da realidade que se vive no terreno e até, para além disso, pelo relevante trabalho e estudo na área do direito e da cultura judiciária.

Em segundo lugar pelo objectivo estratégico de valorização do CSM como autoridade de referência e governo do poder judicial, na salvaguarda da sua independência, na defesa da imagem e prestígio dos tribunais e dos juizes e na gestão e organização moderna e racional dos tribunais e do sistema de justiça.

Em terceiro lugar pelos objectivos operacionais manifestados no programa eleitoral. Objectivos realistas, exequíveis, consistentes, articulados, bem redigidos, reveladores da qualidade que é possível inculcar no próprio funcionamento do CSM.

Bem ao contrário do programa da lista concorrente, muito defensivo, com excessivo ênfase no velho discurso do corporativismo ou da sobrevivência do poder judicial, um pouco atabalhado até na articulação das questões e na apresentação das ideias e pouco familiarizado com as grandes questões do judiciário e com as reformas pendentes. Um programa que não oferece, na forma e na substância das propostas, garantias de ruptura com a linha tradicional, hoje já agregada apenas pelo exercício do poder e afastada do debate das ideias.

Uma linha tradicional que continua a apostar nesse modelo ultrapassado de recolha indiscriminada de assinaturas, às vezes mesmo sob o falso pretexto de ser a lista única, procurando com isso, antes de apresentar quaisquer propostas, comprometer os juizes num voto em branco. Da nossa parte entendemos que a liberdade de voto prevalece sobre vínculos dessa natureza.

É mais que sabido o que os juizes pretendem do CSM.

Que se modernize na orgânica e no funcionamento. Que seja sempre transparente e objectivo. Que institua mecanismos permanentes de comunicação e informação baseados na verdade e na responsabilidade. Que faça uma gestão racional do sistema, em todas as suas vertentes, com base numa tabela de contingência de volume processual. Que, em vez de pactuar com a massificação e funcionalização, pugne pela criação do “gabinete do juiz”, como forma de auxílio técnico e burocrático do processo decisório. E que seja mais próximo dos juizes – de todos os juizes – de forma a fazer chegar ao terreno, a resolução dos problemas onde efectivamente é necessária.

Nós consideramos que os juizes já têm há muito direito a isso tudo.

E confiamos que a lista encabeçada pelo Conselheiro Barros Caldeira não deixará que estas aspirações morram, uma vez mais, como promessas de campanha eleitoral.

Apelamos por isso à participação e ao voto de todos aqueles juizes que sentem que a chave da solução está na renovação das pessoas e no rejuvenescimento das ideias e dos métodos e não na continuidade e na inércia.

A Comissão Directiva do Movimento Justiça e Democracia



Comunicado do Movimento Justiça e Democracia

As medidas recentemente divulgadas pelo governo tendentes, em sua opinião, a melhorar e tornar mais célere a justiça dos Tribunais, face ao seu conteúdo, apenas podem ser entendidas como dirigidas aos magistrados e àquilo que se entende serem os seus privilégios injustificados.

Dos inúmeros diagnósticos efectuados sobre os estrangulamentos da justiça, que se saiba, nenhum apontou como factor determinante para o descongestionamento da acumulação processual a descriminalização dos cheques sem provisão até ao montante de 150 €.

De igual forma, a alteração do período de encerramento dos Tribunais, constitui, agora sem qualquer sombra de dúvidas, uma medida de afronta directa aos juízes, aos magistrados do ministério público e a todos os funcionários judiciais, ignorando o governo (o que é inadmissível mas não surpreende, atentas as intervenções públicas de alguns ministros deste executivo sobre orgânica judiciária), o esforço desumano de todos os que servem a justiça neste país para a manter, minimamente, operacional.

Entende o M.J.D. que, neste momento, é fundamental para os juízes portugueses manterem-se unidos em torno da sua estrutura sindical e a lutarem em conjunto contra medidas de carácter notoriamente populista que não solucionam os problemas estruturais e funcionais da justiça nacional.

A última assembleia geral da A.S.J.P. foi suficientemente reveladora da disponibilidade de todos os juízes para uma tomada de posição firme e coerente sobre as últimas propostas do governo e, ao mesmo tempo, esclarecedora sobre quais as verdadeiras medidas a tomar por quem pretenda efectivamente contribuir para melhorar a eficácia da justiça portuguesa.

A resolução votada na referida assembleia geral merece o apoio do M.J.D., bem como merecerá a aprovação de todos os juízes deste Movimento - a manter-se a posição do governo - a solução de uma greve total de juízes.

Recentemente, alguns dos vogais não juízes do Conselho Superior da Magistratura colocaram em causa a legitimidade e legalidade da resolução votada pelos juízes na assembleia geral, sugerindo, inclusivamente a instauração de processos disciplinares a todos os juízes que se atrevessem a respeitar a mesma.

Face à gravidade de situação, o M.J.D. apela a todos os juízes que se unam e que todos, mas mesmos todos, demonstrem estar solidários com a resolução da assembleia geral e que, em todos os Tribunais sejam proferidos provimentos relativos ao decurso dos trabalhos correntes, sendo estes provimentos claros quanto ao respeito integral da lei, nomeadamente no que se refere às marcações de julgamentos e diligências, cumprimento de horários de trabalho e recusa definitiva dos trabalhos em casa à noite e fins de semana, disciplinando o número de conclusões diárias.

O M.J.D. informa ainda todos os magistrados judiciais que, não obstante se assumir estatutariamente como uma organização de cariz não sindical, disponibilizará todos os seus meios humanos e materiais e capacidade logística para construir mecanismos de salvaguarda da estrutura constitucional do poder judicial.

Lisboa, 5 de Julho de 2005